

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Relatório da Administração	49
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	51
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes	52



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Paranaguá - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente

Veja a Notas Explicativas nº 1 e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente é composta por projeções de pagamentos fixos e variáveis. A parcela fixa é calculada com base na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A parcela variável é determinada por recurso a dados, tais como (i) atualização contratual (IPCA); (ii) EVTEA (taxa de conversão de TEUs (“<i>Twenty-Foot Equivalent Unit</i>”) para boxes) e (iii) premissas que suportam a mensuração dos pagamentos mínimos futuros, tais como proporção de remoção e movimentação de contêineres, e movimentação mínima futura de contêineres. Devido ao grau de incerteza e complexidade associado às premissas utilizadas na mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente, eventuais variações nas premissas utilizadas podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação, através de revisão de informações históricas e projeções, dos principais dados e premissas utilizados pela Companhia para estimar as movimentações mínimas futuras e a proporção entre movimentações internas e externas; e (ii) avaliamos se as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes no recálculo do passivo que afetaria a mensuração da obrigação com o poder concedente, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC PR-007945/F-7


João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	156.340	239.213
Contas a receber de clientes	6	95.558	65.736
Estoques		189	2.567
Impostos a recuperar	7	5.599	7.776
Outros créditos	12	47.741	47.212
		<u>305.427</u>	<u>362.504</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	15	5.556	5.303
Direito de uso	9	-	366
Contas a receber de clientes	6	-	5.634
Imobilizado	9	1.441.089	1.272.250
Intangível	10	1.628.664	1.660.769
		<u>3.075.309</u>	<u>2.944.322</u>
		<u><u>3.380.736</u></u>	<u><u>3.306.826</u></u>

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores		50.048	33.104
Empréstimos e financiamentos	13	147.404	176.820
Obrigação com o poder concedente	14	67.597	60.177
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	66.429	31.662
Impostos e contribuições a recolher	17	13.187	13.176
Dividendos	11	91.803	74.513
Parcelamento dos impostos - REFIS	18	1.475	1.878
Obrigações trabalhistas e sociais	16	35.882	31.699
Outras obrigações		<u>9.599</u>	<u>13.569</u>
		<u>483.424</u>	<u>436.598</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	-	60.000
Obrigação com o poder concedente	14	2.038.854	2.029.379
Parcelamento dos impostos - REFIS	18	-	1.368
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	56.101	23.941
Impostos diferidos	8	<u>105.530</u>	<u>94.880</u>
		<u>2.200.485</u>	<u>2.209.568</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19	109.379	109.379
Reservas de lucros		<u>587.448</u>	<u>551.281</u>
		<u>696.827</u>	<u>660.660</u>
		<u><u>3.380.736</u></u>	<u><u>3.306.826</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	22	1.223.642	1.129.480
Custo dos serviços prestados	23	<u>(471.147)</u>	<u>(455.256)</u>
Lucro bruto		<u>752.495</u>	<u>674.224</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	23	(1.611)	(894)
Despesas gerais e administrativas	23	(70.153)	(56.651)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	23	(4.811)	(5.660)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	25	<u>(25.586)</u>	<u>(4.798)</u>
		<u>(102.161)</u>	<u>(68.003)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>650.334</u>	<u>606.221</u>
Receitas financeiras	24	22.303	70.227
Despesas financeiras	24	<u>(121.823)</u>	<u>(228.278)</u>
Resultado financeiro	24	<u>(99.520)</u>	<u>(158.051)</u>
Resultado antes dos impostos		550.814	448.170
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(172.950)	(100.931)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	<u>(10.650)</u>	<u>(49.187)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>367.214</u>	<u>298.052</u>
Lucro líquido, básico e diluído, por ação – R\$	21	<u>45,24</u>	<u>36,72</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	367.214	298.052
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>367.214</u></u>	<u><u>298.052</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
				Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		109.379	21.875	305.867	437.121
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
				298.052	298.052
<i>Destinações</i>					
Dividendo mínimo proposto	19(c)			(74.513)	(74.513)
Constituição de reserva de lucros		-	-	(223.539)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		109.379	21.875	529.406	660.660
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
				367.214	367.214
<i>Destinações</i>					
Dividendo mínimo obrigatório	19(c)	-	-	(91.803)	(91.803)
Dividendos adicionais	19(c)	-	-	-	(239.244)
Constituição de reserva de lucros		-	-	275.411	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		109.379	21.875	565.573	696.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	367.214	298.052
Ajustes de:		
Depreciações	72.373	66.906
Amortizações	63.493	63.869
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	4.020	3.533
Provisão juros sobre empréstimos	18.704	27.636
Provisão juros debêntures	-	42.410
Provisão custo de empréstimo	-	40
Amortização custo de captação debêntures	-	5.260
Provisão juros contrato com o poder concedente	98.099	119.169
Provisão juros arrendamento	3	-
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	4.811	5.660
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	32.160	6.042
Recuperação de créditos tributários	-	(740)
Imposto de renda e contribuição social corrente	172.950	100.931
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.650	49.187
	<u>844.477</u>	<u>787.955</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(28.999)	3.870
Estoques	2.378	(1.222)
Outros créditos	(529)	(24.169)
Impostos a recuperar	2.177	27.548
Outros ativos circulantes e não circulantes	(253)	(673)
Fornecedores	3.926	4.545
Impostos e contribuições a recolher	(1.760)	(2.722)
Obrigações trabalhistas	4.183	67
Outros passivos circulantes e não circulantes	(3.971)	7.071
	<u>821.629</u>	<u>802.270</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Impostos sobre o lucro pagos	(138.182)	(68.808)
	<u>683.447</u>	<u>733.462</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de intangível	(30.229)	(23.082)
Adições de imobilizado	(233.007)	(104.259)
	<u>(263.236)</u>	<u>(127.341)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	80.000	100.000
Pagamentos de empréstimos (principal)	(160.000)	(60.000)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(27.864)	(15.737)
Amortização debêntures (principal)	-	(299.633)
Pagamentos de juros sobre debêntures	-	(133.698)
Pagamento de leasing	(259)	(792)
Pagamentos contrato com o poder concedente	(81.204)	(71.944)
Dividendos pagos	(313.757)	(101.797)
	<u>(503.084)</u>	<u>(583.601)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(82.873)</u>	<u>22.520</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	239.213	216.693
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>156.340</u>	<u>239.213</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(82.873)</u>	<u>22.520</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (1)	<u>1.350.098</u>	<u>1.253.369</u>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	1.309.624	1.191.179
Outras receitas	54.686	88.664
Comissões e descontos	(9.401)	(20.814)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(4.811)	(5.660)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	<u>(245.826)</u>	<u>(242.143)</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(91.261)	(83.318)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(154.565)	(158.825)
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)	<u>1.104.272</u>	<u>1.011.226</u>
Depreciação e amortização (4)	<u>(135.866)</u>	<u>(130.759)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (5) = (3) + (4)	<u>968.406</u>	<u>880.467</u>
Valor adicionado recebido em transferências (6)	<u>(3.284)</u>	<u>65.429</u>
Receitas financeiras	22.303	70.227
Outras	(25.587)	(4.798)
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)	<u>965.122</u>	<u>945.896</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>965.122</u>	<u>945.896</u>
Pessoal	<u>161.179</u>	<u>139.861</u>
Remuneração direta	120.159	105.161
Benefícios	33.806	28.530
F.G.T.S.	7.214	6.170
Impostos, taxas e contribuições	<u>314.906</u>	<u>279.705</u>
Federais	234.770	165.635
Impostos diferidos	10.650	49.187
Estaduais	39	38
Municipais	69.447	64.845
Remuneração de capitais de terceiros	<u>121.823</u>	<u>228.278</u>
Juros e custo das debêntures	116.781	221.926
Variações cambiais	-	557
Outras	5.042	5.795
Remuneração de capitais próprios	<u>367.214</u>	<u>298.052</u>
Lucros retidos no exercício	367.214	298.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a “Companhia” ou “TCP”) está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato.

O contrato de exploração do terminal do Porto de Paranaguá possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pela representante do poder concedente (APPA) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante os exercícios findos em 2023 e 2022.

Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes em contrato, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovaram a aquisição de 90% da TCP Participações S.A. (que detém 100% da Companhia) pela Kong Rise Development Limited que passou nesta data a ser a controladora da Companhia. A obrigação com o poder concedente referente à esse contrato totaliza em 31 de dezembro de 2023, R\$ 2.106.451 (R\$ 2.089.556 em 2022).

A Companhia possui uma equipe dedicada para gestão e controle do fluxo de caixa, considerando todas as especificidades em recebimentos (inadimplência, temporada de renovação de contratos, distribuição de inadimplência ao longo do ano e projeção de perdas esperadas), pagamentos (OPEX, CAPEX, folha de pagamento de colaboradores, fornecedores, outorgas e taxas) e controle de dívidas (cálculo de juros, projeções, repagamentos, comportamento dos índices, controle de covenants, etc.).

A qualquer sinal de incapacidade de honrar com os compromissos, a alta administração da Companhia é acionada e a equipe de gestão de caixa elabora um plano de ação de redução de custo, renegociação de dívidas ou novos financiamentos.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações conforme os cronogramas de vencimentos divulgados nas notas explicativas 13 e 14.

A Companhia reconheceu um lucro de R\$ 367.214 no exercício e, em decorrência da característica do negócio apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 177.997 (R\$ 74.094 em 2022). No mesmo exercício a Companhia gerou fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no montante de R\$ 683.447 (R\$ 733.462 em 2022) e lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$ 650.334 (R\$ 606.221 em 2022).

Considerando este cenário e o papel estratégico da Companhia, a Administração analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2 Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Norma Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas vigentes em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 18 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo que todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3 Reconhecimento de receita de contratos

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 / IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

a. *Prestação de serviços*

A Companhia está envolvida na exploração de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como um agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres, armazenagem, monitoramento de contêineres e outros serviços logísticos acessórios. A movimentação de contêineres refere-se a carga e descarga de navios e o reconhecimento desta receita ocorre quando da conclusão da operação de cada navio. A receita com os serviços de armazenagem refere-se ao período em que o contêiner permanece no pátio do terminal. O serviço de monitoramento é registrado como receita quando da entrega do contêiner ao cliente ou embarcado no navio. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Provisões de receitas

As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais será gerado documento fiscal pertinente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do valor.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando:

- Os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 5%

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, A Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusos nesta categoria.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais e monetários são atualizados até a data do balanço, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.7 Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos não financeiros.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13 Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão e para a tomada de decisões.

2.14 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, por ser uma demonstração prevista e obrigatória para Companhias listadas no Brasil.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Direito de exploração (Obrigação com o poder concedente)

Na mensuração da obrigação com o poder concedente a Companhia utiliza premissas para estimar a movimentação mínima futura de contêineres e a proporção de remoção e movimentação de contêineres. As principais premissas utilizadas nestas estimativas estão descritas abaixo:

Movimentação mínima futura: É estimada pela Companhia com base nas projeções de budget, que consideram, entre outros, contratos vigentes, contratos em renovação e fontes externas.

Proporção de remoção e movimentação de contêineres: É estimada pela Companhia com base nos históricos destas operações.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota 19 e 20, a Companhia tem empréstimos bancários e debêntures que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora o passivo esteja classificado como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações, entretanto, até o momento não identificou evidências que pudessem impactar significativamente a classificação destes passivos.

- b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia não participa de acordos de financiamento com fornecedores para o qual as novas divulgações serão aplicadas, consequentemente, a Administração não espera que a respectiva norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	9.822	5.274
Aplicações financeiras	<i>146.518</i>	<i>233.939</i>
Banco Santander	107.932	65.869
Banco Itaú	-	48.331
Banco Bradesco	-	24.279
Banco Paraná	35.508	45.977
Banco CCB	3.078	14.197
Banco XP Investimento	-	35.286
	<u>156.340</u>	<u>239.213</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 100% a 103% em 31 de dezembro de 2023 (95% a 106% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existem saldos com restrições de caixa. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem qualquer desconto.

A Companhia detém saldos em disponibilidades para receber fluxos de caixa contratuais e vende ativos financeiros para reinvestir em ativos financeiros com rendimentos mais elevados, buscando assim atender suas necessidades diárias de liquidez.

6 Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	73.493	55.260
Serviços prestados e não faturados	35.147	24.381
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	<u>(13.082)</u>	<u>(8.271)</u>
	<u>95.558</u>	<u>71.370</u>
Circulante	95.558	65.736
Não circulante	-	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2023 os 5 principais clientes representam em torno de 42% (39% em 31 de dezembro de 2022) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	88.824	64.710
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	5.450	2.344
De 31 a 90 dias	1.028	2.712
De 91 a 180 dias	425	1.303
Acima de 180 dias	<u>12.913</u>	<u>8.572</u>
Total	<u>108.640</u>	<u>79.641</u>

Os valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R\$ 13.082 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8.271 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(8.271)	(2.611)
Constituição de provisão	<u>(4.811)</u>	<u>(5.660)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(13.082)</u>	<u>(8.271)</u>

7 Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão IR s/ aplicações	1.083	2.688
INSS a recuperar	-	904
IRPJ e CSLL a recuperar	4.184	4.184
Imposto federal a recuperar	<u>332</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>5.599</u>	<u>7.776</u>

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre o prejuízo fiscal (integralmente utilizado em 2023) e as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para perda esperada). Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	56.101	24.091
Outras provisões	7.827	12.126
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	13.082	8.271
Provisão bônus	12.344	9.586
Outras diferenças temporárias	-	109
Prejuízo fiscal	-	32.997
	<u>89.354</u>	<u>87.180</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total imposto diferido ativo	<u>30.380</u>	<u>29.641</u>
Amortização fiscal do ágio	(121.484)	(126.391)
Outras diferenças temporárias	(1.318)	-
Juros capitalizados	(25.479)	(27.459)
Diferença taxa depreciação contábil X fiscal	(251.454)	(212.389)
	<u>(399.735)</u>	<u>(366.239)</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total imposto diferido passivo	<u>(135.910)</u>	<u>(124.521)</u>
Total líquido	<u>(105.530)</u>	<u>(94.880)</u>

b. Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	550.814	550.814	448.170	448.170
Alíquotas	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Tributos	(137.704)	(49.573)	(112.043)	(40.335)
Adições permanentes	(1.357)	(486)	(823)	(297)
Diferença de alíquota	24	-	24	-
Incentivos fiscais	<u>5.496</u>	<u>-</u>	<u>3.356</u>	<u>-</u>
Total de tributos lançados ao resultado	<u>(133.541)</u>	<u>(50.059)</u>	<u>(109.486)</u>	<u>(40.632)</u>
Alíquota efetiva	<u>24%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Tributos correntes	(125.708)	(47.242)	(73.319)	(27.612)
Tributos diferidos	(7.833)	(2.817)	(36.167)	(13.020)

9 Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

Vida útil	<u>30 a 45 anos</u>	<u>5 a 15 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>5 a 10 anos</u>	<u>5 a 15 anos</u>			
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Peças para reposição e outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldo em 31/12/2021	1.213.749	423.450	3.502	31.904	835	22.969	4.345	14.660	1.715.414
Aquisições	26.743	25.534	405	8.200	1.225	4.680	-	42.763	109.550
Baixas	-	(6.789)	-	(24)	(15)	-	-	(176)	(7.004)
Transferências	3.181	8.286	-	-	-	-	-	(11.467)	-
Saldo em 31/12/2022	<u>1.243.673</u>	<u>450.481</u>	<u>3.907</u>	<u>40.080</u>	<u>2.045</u>	<u>27.649</u>	<u>4.345</u>	<u>45.780</u>	<u>1.817.960</u>
Aquisições	24.882	29.761	1.289	9.147	2.047	5.289	-	172.448	244.863
Baixas	(1.897)	(8.186)	(245)	(117)	-	-	(4.345)	-	(14.790)
Transferências	3.098	24.802	-	-	-	-	-	(27.900)	-
Saldo em 31/12/2023	<u>1.269.756</u>	<u>496.858</u>	<u>4.951</u>	<u>49.110</u>	<u>4092</u>	<u>32.938</u>	<u>-</u>	<u>190.328</u>	<u>2.048.033</u>
Depreciação									
Saldo em 31/12/2021	(226.623)	(229.101)	(2.266)	(19.986)	(716)	(27)	(3.190)	-	(481.909)
Depreciação	(34.841)	(26.282)	(309)	(4.563)	(122)	-	(789)	-	(66.906)
Baixas	-	3.439	-	17	15	-	-	-	3.471
Saldo em 31/12/2022	<u>(261.464)</u>	<u>(251.944)</u>	<u>(2.575)</u>	<u>(24.532)</u>	<u>(823)</u>	<u>(27)</u>	<u>(3.979)</u>	<u>-</u>	<u>(545.344)</u>
Depreciação	(35.409)	(29.806)	(355)	(6.071)	(366)	-	(366)	-	(72.373)
Baixas	401	5.708	207	112	-	-	4.345	-	10.773
Saldo em 31/12/2023	<u>(296.472)</u>	<u>(276.042)</u>	<u>(2.723)</u>	<u>(30.491)</u>	<u>(1.189)</u>	<u>(27)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(606.944)</u>
Saldo em 31/12/2022	<u>982.209</u>	<u>198.537</u>	<u>1.332</u>	<u>15.548</u>	<u>1.222</u>	<u>27.622</u>	<u>366</u>	<u>45.780</u>	<u>1.272.616</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>973.284</u>	<u>220.816</u>	<u>2.228</u>	<u>18.619</u>	<u>2.903</u>	<u>32.911</u>	<u>-</u>	<u>190.328</u>	<u>1.441.089</u>

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de exploração e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

10 Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos		
	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhamentos	Direito de exploração	Ágio	Software em Andamento	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2021	151.914	6.027	2.112.411	159.503	-	2.429.855
Aquisições	24.986	-	-	-		24.986
Saldo em 31/12/2022	176.900	6.027	2.112.411	159.503		2.454.841
Aquisições	10.917	-	-	-	20.474	31.391
Baixas	(104)	-	-	-	-	(104)
Transferências	(1.549)	-	-	-	1.549	-
Saldo em 31/12/2023	186.164	6.027	2.112.411	159.503	22.023	2.486.128
Amortização						
Saldo em 31/12/2021	(110.738)	(3.495)	(587.750)	(28.220)		(730.203)
Amortização	(16.681)	(189)	(42.091)	(4.908)		(63.869)
Saldo em 31/12/2022	(127.419)	(3.684)	(629.841)	(33.128)		(794.072)
Amortização	(17.153)	(160)	(42.091)	(4.089)	-	(63.493)
Baixas	101	-	-	-	-	101
Saldo em 31/12/2023	(144.471)	(3.844)	(671.932)	(37.217)	-	(857.464)
Saldo em 31/12/2022	49.481	2.343	1.482.570	126.375		1.660.769
Saldo em 31/12/2023	41.693	2.183	1.440.479	122.286	22.023	1.628.664

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração (incluindo o Ágio) quando aplicável são amortizados com base no prazo do contrato.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. Nos exercícios apresentados, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação amortizado pelo prazo do contrato de exploração.

11 Partes relacionadas

<u>Passivo - Dividendos a Pagar</u>		
	31/12/2023	31/12/2022
TCP Participações	91.803	74.513
<u>Passivo – Fornecedores a Pagar</u>		
	31/12/2023	31/12/2022
China Merchants International Technology 1	6.265	-

- (1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o valor de R\$ 6.265 a pagar pelo contrato de implementação do novo sistema operacional incluindo o módulo de faturamento para a China Merchants Technology Company Limited.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 6.693, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. Foram registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração no valor de R\$ 3.094 (R\$ 5.908 em 31 de dezembro de 2022). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos administradores da Companhia.

12 Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos fornecedores	5.185	3.537
Adiantamento partes relacionadas – China Merchants (Nota 11)	-	6.746
Adiantamento despesas – reembolso antigos acionistas (i)	40.804	34.267
Seguros	1.236	1.338
Outros créditos	<u>516</u>	<u>1.324</u>
	47.741	47.212

- (i) Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia conforme termos contratuais.

13 Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 0,80% a 1,25%	147.404	236.564
Arrendamento	8,76%	-	256
		<u>147.404</u>	<u>236.820</u>
Parcela no circulante		147.404	176.820
Parcela no não circulante		-	60.000

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional (R\$).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	236.820	185.673
Captação empréstimos	80.000	100.000
Pagamentos de empréstimos (principal)	(160.000)	(60.000)
Provisão juros sobre empréstimos	18.704	27.636
Provisão juros arrendamento	3	40
(-) Pagamentos de arrendamento (principal)	(259)	(792)
(-) Pagamentos de juros sobre empréstimos (i)	<u>(27.864)</u>	<u>(15.737)</u>
Saldo final	147.404	236.820

- (i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024.

Em 26 de julho de 2023 a Companhia captou junto ao Banco BOCOM BBM S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 80.000 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 0,80% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal o mês de julho de 2024.

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos são mensurados anualmente e demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) Ajustado: igual ou inferior a 3;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 2;
- Patrimônio líquido não inferior a R\$ 100.000; e
- Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (JSCP) não devem superar o pagamento mínimo obrigatório, mas no caso de superar, a Dívida líquida / EBITDA não poderá ser superior a 2,5 vezes, estando sujeito ao aumento da taxa em 0,50% ao ano. Conforme nota 20(b), os sócios deliberaram a distribuição de dividendos acima do mínimo durante o primeiro semestre de 2023, como consequência, a Dívida líquida / EBITDA não poderá ser superior a 2,5 vezes nas próximas medições anuais. Vale destacar que a Companhia está de acordo com este indicador em ambos os cenários.

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de *covenants*, desses empréstimos e financiamentos, e prevê continuar em cumprimento destas cláusulas no próximo exercício corrente até a liquidação da dívida.

Atualmente a TCP Terminal não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos.

14 Obrigações com o poder concedente

a. Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IPCA. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS).

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassem os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas. O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela exploração.

Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área concedida ao Terminal.

A TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e recolocações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

Em 9 de setembro de 2021, a Companhia e a Administração de Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”) celebraram o 12º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento Portuário nº 020/1998 onde ficou acordado a alteração do índice de correção inflacionário da parcela fixa e variável da remuneração devida pela Companhia à APPA pelo direito de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá (“Remuneração”).

Na nova redação, ficou acordado que a remuneração passa a ser ajustada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em substituição do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tendo seus efeitos a partir da data base de reajuste de novembro de 2019. Tal substituição se deve ao fato de que o índice IPCA passou a ser o índice utilizado nos novos contratos de arrendamento conforme disposto no Art. 23 da Resolução Antaq nº3.320, de 08 de janeiro de 2014, com isso, a Companhia passa a refletir a variação monetária mais próxima do que já é praticado pelo mercado e com menor risco de volatilidade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas fixas	488.413	441.311
Parcelas variáveis (movimentação mínima obrigatória)	<u>1.618.038</u>	<u>1.648.245</u>
Total	<u>2.106.451</u>	<u>2.089.556</u>
Parcela no circulante	67.597	60.177
Parcela no não circulante	2.038.854	2.029.379

A movimentação da obrigação com o poder concedente está apresentada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	2.089.556	2.042.331
Pagamentos contratuais	(81.204)	(71.944)
Atualização monetária	<u>98.099</u>	<u>119.169</u>
Saldo ao final do exercício	2.106.451	2.089.556

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação com o poder concedente, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2025	67.705
2026	67.705
2027	67.705
2028	67.705
2029	67.705
2030 a 2034	354.173
2035 a 2039	429.103
2040 a 2044	490.572
2045 a 2048	<u>426.481</u>
Total	<u>2.038.854</u>

b. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do intangível relativo à exploração (vide nota 10) é de R\$ 1.440.479, representado por R\$ 2.112.411 de principal e R\$ 671.932 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativo ao direito de exploração, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 42.091 (R\$ 42.091 em 31 de dezembro de 2022), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do exercício.

15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Trabalhistas	23.392	16.485	(5.187)	34.690
Cíveis	<u>549</u>	<u>20.862</u>	<u>-</u>	<u>21.411</u>
	<u>23.941</u>	<u>37.347</u>	<u>(5.187)</u>	<u>56.101</u>
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Trabalhistas	17.245	13.236	(7.089)	23.392
Cíveis	<u>654</u>	<u>138</u>	<u>(243)</u>	<u>549</u>
	<u>17.899</u>	<u>13.374</u>	<u>(7.332)</u>	<u>23.941</u>

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 644.980 (R\$ 192.639 em 31 de dezembro de 2022). O aumento se deve a ocorrência do primeiro julgamento pelo CARF, referente à Discussão do Ágio Aquisição de 2011 (maiores detalhes abaixo) nos quais os consultores jurídicos entenderam em classificar como possível diante das novas etapas do processo. A Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	594.896	159.169
Trabalhistas	25.824	17.315
Cíveis	21.725	14.198
Outras	2.535	1.957
	<u>644.980</u>	<u>192.639</u>

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada do processo de execução fiscal que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Exploração (exercício sociais de 2009 a 2012) e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011). A execução fiscal encontra-se com o juízo garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Exploração possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente, são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Trabalhista	3.702	724	(471)	3.955
Cível e Tributário	<u>1.601</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.601</u>
	<u>5.303</u>	<u>724</u>	<u>(471)</u>	<u>5.556</u>

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Trabalhista	3.029	896	(223)	3.702
Cível e Tributário	<u>1.601</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.601</u>
	<u>4.630</u>	<u>896</u>	<u>(223)</u>	<u>5.303</u>

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de bônus	12.345	9.586
Salários a pagar	5.531	6.218
Provisão de férias	11.732	9.452
Outras obrigações trabalhistas (encargos sociais e provisão reajuste salarial)	<u>6.274</u>	<u>6.443</u>
	35.882	31.699

17 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição social	18.135	9.475
Imposto de renda	<u>48.294</u>	<u>22.187</u>
	<u>66.429</u>	<u>31.662</u>
ISS	7.440	5.891
PIS e COFINS	4.897	6.730
Outros impostos a recolher	<u>850</u>	<u>555</u>
	<u>13.187</u>	<u>13.176</u>

18 Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV

Amparada na Lei N.º 11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem os seguintes montantes:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	1.475	1.878
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>1.368</u>
	<u>1.475</u>	<u>3.246</u>

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	31/12/2022	Atualização monetária	Amortizações	31/12/2023
REFIS	3.246	1.603	(3.374)	1.475

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado é de R\$ 109.379 (R\$ 109.379 em 31 de dezembro de 2022), representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b. Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não constituiu reserva legal sobre o lucro do exercício de R\$ 367.214, visto que o limite de 20% do capital social já foi atingido no exercício anterior. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 21.875.

c. Dividendos / destinação do lucro

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 367.214 (lucro líquido de R\$ 298.052 em 2022), gerando dividendos mínimos para o exercício findo em 2023 de R\$ 91.803 (R\$ 74.513 em 2022).

20 Instrumentos financeiros e riscos de mercado

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)
Ativos financeiros						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	156.340	156.340	-	239.213	239.213	-
Contas a receber de clientes	95.558	-	95.558	71.370	-	71.370
	<u>251.898</u>	<u>156.340</u>	<u>95.558</u>	<u>310.583</u>	<u>239.213</u>	<u>71.370</u>
Passivos financeiros						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Fornecedores	(50.048)	-	(50.048)	(33.104)	-	(33.104)
Dividendos	(91.803)	-	(91.803)	(74.513)	-	(74.513)
Empréstimos e financiamentos	(147.404)	-	(146.993)	(236.820)	-	(224.840)
Obrigação com o poder concedente	(2.106.451)	-	(2.106.451)	(2.089.556)	-	(2.089.556)
	<u>(2.395.706)</u>	<u>-</u>	<u>(2.395.295)</u>	<u>(2.433.993)</u>	<u>-</u>	<u>(2.422.013)</u>

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de mercado (veja (c));
Risco de crédito (veja (d));
Risco regulatório (veja (e)); e
Risco de liquidez (veja (f)).

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2023 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

			Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)	
		Saldo		
Fator de risco	Risco	31/12/2023	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Ativos				
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	146.518	4.267	8.535
Passivo				
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(147.404)	(4.293)	(8.586)
Posição líquida/ impacto líquido		(886)	(26)	(51)
Taxas de CDI utilizada - %		11,65%	14,56%	17,48%

Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira, o qual não apresenta impacto material.

Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são como segue. O valor contábil se aproxima do valor justo:

	Valor contábil	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	156.340	239.213
Contas a receber de clientes (nota 6)	95.558	71.370
	251.898	310.583
Passivos financeiros		
Fornecedores	50.048	33.104
Dividendos	91.803	74.513
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	147.404	236.820
Obrigação com o poder concedente (Nota 14)	2.106.451	2.089.556
	2.395.706	2.433.993

d. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

e. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

f. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para focar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 31 de dezembro de 2023					
Obrigação com o poder concedente (nota 14)	67.597	135.410	203.115	1.700.319	2.106.451
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	147.404	-	-	-	147.404
Fornecedores	50.048	-	-	-	50.048
Em 31 de dezembro de 2022					
Obrigação com o poder concedente (nota 14)	60.177	123.408	185.112	1.720.859	2.089.556
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	176.820	60.000	-	-	236.820
Dividendos	74.513	-	-	-	74.513
Fornecedores	33.104	-	-	-	33.104

g. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	147.404	236.820
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	<u>(156.340)</u>	<u>(239.213)</u>
Dívida líquida	<u>(8.936)</u>	<u>(2.393)</u>
Patrimônio líquido (nota 19)	<u>696.827</u>	<u>660.660</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>687.891</u>	<u>658.267</u>
Quociente de alavancagem	(1,3%)	(0,4%)

21 Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	367.214	298.052
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
Lucro líquido por ação - básico e diluído (R\$)	<u>45,24</u>	<u>36,72</u>

22 Receita líquida de vendas

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de cais	639.830	534.168
Armazenagem	358.851	419.177
Receitas de pátio	310.943	237.834
Outros	<u>54.686</u>	<u>88.664</u>
Total da receita bruta	<u>1.364.310</u>	<u>1.279.843</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(61.820)	(64.704)
Impostos municipais	(69.447)	(64.845)
Descontos	(9.401)	(20.814)
Total das deduções	<u>(140.668)</u>	<u>(150.363)</u>
Receita líquida de vendas	<u>1.223.642</u>	<u>1.129.480</u>

23 Despesas operacionais por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos serviços prestados	(471.147)	(455.256)
Despesas com vendas	(1.611)	(894)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(4.811)	(5.660)
Despesas administrativas	<u>(70.153)</u>	<u>(56.651)</u>
Total das despesas	<u>(547.722)</u>	<u>(518.461)</u>
Despesas por natureza:		
Custos operacionais (INFRAMAR, OGMO, Transporte e Agenciamento de carga)	(91.300)	(83.356)
Despesas gerais	(40.658)	(39.703)
Amortizações e depreciações	(135.866)	(130.759)
Despesas com pessoal	(161.180)	(139.861)
Despesas com combustível	(38.140)	(48.530)
Despesas com manutenção	(49.492)	(29.070)
Energia elétrica	(26.275)	(41.522)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	<u>(4.811)</u>	<u>(5.660)</u>
Total das despesas	<u>(547.722)</u>	<u>(518.461)</u>

24 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Encargos sobre o contrato de exploração	(98.124)	(147.163)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(225)	(262)
Juros s/empréstimos	(18.704)	(27.636)
Juros s/ debêntures	-	(42.410)
Variação cambial / monetária	-	(557)
Custo das debêntures e empréstimos	-	(5.260)
Provisão juros arrendamento	(3)	(56)
Outras	(4.767)	(4.934)
Total	<u>(121.823)</u>	<u>(228.278)</u>
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	19.664	41.643
Variação cambial ativa	444	-
Juros recebidos	290	264
Variação sobre o contrato da exploração	1.696	28.042
Outras	209	278
Total	<u>22.303</u>	<u>70.227</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(99.520)</u>	<u>(158.051)</u>

25 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	14.959	14.806
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(29.102)	(13.104)
Recuperação de créditos tributários	-	740
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(1.243)	(2.415)
Crédito INSS	(904)	-
Baixa de ativo imobilizado	(4.105)	(3.533)
Outras	(5.191)	(1.292)
	<u>(25.586)</u>	<u>(4.798)</u>

26 Seguros

Em conformidade com o Contrato de Direito de Exploração do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao contrato. O seguro possui valor de até US\$25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Direito de Exploração nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia relacionado as obrigações referentes as parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$29,5 milhões.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

27 Transações que não envolveram caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7).

As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- Aquisição de ativos intangíveis a prazo no montante de R\$ 1.162 (R\$ 1.904 em 31 de dezembro de 2022); e

- Aquisição de ativos imobilizados a prazo no montante de R\$ 11.856 (R\$ 5.291 em 31 de dezembro de 2022).

* * *



Relatório da Administração 2023

Paranaguá, 18 de março de 2024.

Senhores Acionistas,

A administração da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A (“Companhia”) em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, que foi devidamente conferido e aprovado por esta Diretoria.

Em 2023 a Companhia realizou sucessivos investimentos em produtividade e novos serviços como a expansão do pátio reefer aumentando o número de tomadas para contêineres refrigerados de 3.624 para 5.268. Considerado o maior corredor de exportação de carne de frango do mundo, o Terminal registrou em 2023, seu mais recente recorde de movimentação de contêineres refrigerados, chegando a 247.683 TEUs exportados, valor 19% maior que em 2022. Outro investimento significativo no Terminal foi a aquisição de 11 novos guindastes transtêineres (RTGs) e 17 Terminal Tractors (TTs) de última geração, que vão somar ao parque de máquinas do Terminal, impulsionando a velocidade e a capacidade de movimentação de cargas.

No aspecto operacional, a TCP movimentou 1.253.397 TEUS (Twenty - foot equivalent unit) em 2023, um aumento de 7,9% em relação a 2022. O balanço anual também trouxe diversos resultados positivos em diferentes segmentos de exportação. A proteína animal, principal commodity transportada pelo Terminal, teve um acréscimo de 19% em relação ao mesmo período de 2022, chegando a 235.898 TEUs exportados. Deste volume, se destacam a carne de frango (181.878), a carne bovina (37.169) e a carne suína (14.369). Atualmente, a TCP é considerada o maior corredor de exportação de carne de frango congelada do mundo.

Já o açúcar foi a commodity que sofreu a maior variação para o período, com uma alta de 12.67% no volume exportado, passando de 45 TEUs em 2022 para 5.745 TEUs em 2023.

Nas importações, os principais carregamentos que desembarcaram na TCP no ano anterior foram do segmento de produtos químicos (43.756), máquinas e componentes mecânicos (34.081), e plásticos e artigos (31.489).

No aspecto ambiental, a TCP investiu na aquisição de veículo elétrico, em 2023 adquirimos um ônibus elétrico da marca BYD que transporta os colaboradores pelo pátio de mais de 480 mil metros quadrados.

A eletrificação de parte dos RTGs também está em andamento e em 2023 o Terminal concluiu a conversão de dois de seus transtêineres, que operam exclusivamente na movimentação de contêineres na linha férrea que chega a TCP, sendo o único Terminal do sul do Brasil com conexão direta da ferrovia à área alfandegada.

Em relação às demonstrações financeiras do exercício de 2023, a Receita Líquida foi de R\$ 1.223,6 milhões, valor 8% maior que o exercício do ano anterior, quando a Receita Líquida foi de R\$ 1.129,5 milhões.

O EBITDA Ajustado da Companhia conforme quadro abaixo ⁽¹⁾ em 2023 obteve um aumento de 12%, chegando ao valor de R\$ 750,5 milhões, contra R\$ 672,9 milhões do ano anterior.

1

<u>(R\$ milhões)</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>Delta (%)</u>
<u>Lucro líquido</u>	367.214	298.052	23%
Depreciação e Amortização	135.866	130.759	4%
Imposto de Renda e CSLL	183.600	150.118	22%
Despesas Financeiras Líquidas	99.520	158.051	-37%
<u>EBITDA Contábil</u>	786.200	736.980	7%
Despesas/receitas não recorrentes	45.519	7.825	482%
Pagamento de Outorga - Arrendamento APPA	(81.204)	(71.944)	13%
<u>EBITDA Ajustado</u>	750.515	672.861	12%

Os gestores da Companhia estão atentos aos custos envolvidos na operação, sempre buscando as melhores oportunidades para obter o melhor resultado, sendo que os custos e despesas operacionais líquidas no ano de 2023 totalizaram R\$ 547,7 milhões, contra R\$ 518,5 milhões no exercício de 2022. O aumento dos custos e despesas da Companhia está diretamente ligado ao aumento do volume seja com aumento de mão de obra ou na utilização dos equipamentos (manutenção).

O resultado líquido positivo em 2023 foi de R\$ 367,2 milhões contra R\$ 298,1 milhões no ano de 2022, sendo que o resultado financeiro líquido no exercício foi de R\$ 99,5 milhões negativo, contra R\$ 158,1 milhões negativo no exercício de 2022.

A dívida bruta totalizou em 2023 R\$ 147,4 milhões, contra R\$ 236,8 milhões em 2022. A posição de caixa da Companhia no exercício foi a R\$ 156,3 milhões contra R\$ 239,2 milhões, no exercício de 2022.

Ainda sobre o aspecto operacional o MPH (Movimento por Hora Navio) médio foi de 92 em 2023 (93 em 2022).

A KPMG Auditores Independentes prestou os serviços como auditores independentes em nossas demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não prestou quaisquer outros serviços à Companhia.

Atenciosamente,

Xiaojun Cao
Diretor Presidente

Xiaodong Wang
Diretor Financeiro

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas pela Administração da Companhia.

Curitiba, 18 de março de 2024.

Xiaojun Cao
Diretor Presidente

Xiaodong Wang
Diretor Financeiro

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Curitiba, 18 de março de 2024.

Xiaojun Cao
Diretor Presidente

Xiaodong Wang
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores